

HABITAÇÃO / Durante solenidade de regularização da antiga invasão, ontem, governo anunciou a construção de colégio de período integral, escola federal com cursos técnico e superior, centro de saúde, posto policial e restaurante comunitário

Enfim, cidadania na Estrutural

» ALINE BRAVIM
» ROBERTA MACHADO
» HELENA MADER

A partir do ano que vem, os moradores da Estrutural começam a receber as escrituras dos quase 10 mil terrenos irregulares da cidade. A regularização da área, que ainda faz parte da Região Administrativa do Setor Complementar de Indústria e Abastecimento (SCIA), começou ontem, com a assinatura do decreto de aprovação do projeto pelo governador do Distrito Federal. Agnelo Queiroz ratificou o documento ao meio-dia, em frente a uma plateia estimada pela Polícia Militar em 5 mil pessoas.

Aos moradores que presenciaram o momento histórico de reconhecimento da legitimidade do bairro, realizado na praça central da nova cidade, Agnelo prometeu construir na área um colégio de período integral e uma escola federal com cursos técnico e superior, assim como um centro de saúde, um posto policial e um restaurante comunitário. O governador ainda afirmou que as famílias reassentadas irão receber casas de 40 metros quadrados, e que o GDF irá criar um centro de triagem para acabar com o depósito de lixo que deu origem à cidade e terminar a implementação do saneamento básico e do asfalto da região.

Agnelo disse também que Estrutural é apenas a primeira cidade a ser regularizada pelo seu governo. Nos próximos meses, o GDF ainda deve reconhecer os terrenos de Sol Nascente e Por do Sol, em Ceilândia e Vicente Pires, respectivamente. "Os moradores da Estrutural passaram por várias situações dramáticas. Essa assinatura é um ato histórico, é o começo da legalização", declarou o governador.

Planos

Ângela Maria da Silva, 62 anos, veio de Iguai (BA) para morar na comunidade erguida às margens da Via Estrutural em 1993. Como ela, mais de 35 mil pessoas atraídas pelas promessas da capital federal levantaram barracos e ocuparam terrenos vendidos por grileiros a baixo custo, e esperaram anos pela legalização de suas moradias. "Derrubaram meu barraco quatro vezes. Bastava os moradores irem

Edilson Rodrigues/CB/D.A Press



Na cidade desde 1993, Ângela aguarda a escritura: "A Estrutural ainda tem muito o que melhorar, mas acho que agora teremos mais segurança"

Cadastramento

O governo vai fazer um cadastramento de todas as residências ocupadas na Estrutural. Somente os lotes incluídos no projeto urbanístico serão legalizados. Confira a área que será regularizada:



trabalhar que a polícia desmanchava todos os barracos", recorda-se Ângela. Hoje, ela comemora a regularização da área. "Vai ser ótimo ter o lote garantido. A Estrutural ainda tem muito o que melhorar, mas acho que agora teremos mais segurança."

Enquanto as prometidas melhorias não são entregues à comunidade, os moradores comemoram a perspectiva de finalmente receberem as escrituras dos terrenos onde moram. "Se for regularizada mesmo, vai ser ótimo. Os moradores vão sair da insegurança jurídica",

Memória

Conflitos sangrentos

Em julho de 1997, o governo realizou uma gigantesca operação para retirar barracos da Estrutural. Ao todo, 1,7 mil policiais militares participaram da ação, que acabou com oito pessoas feridas e 700 construções derrubadas.

Os PMs foram recebidos por uma chuva de paus e pedras disparados por 2 mil moradores que fizeram uma barreira para tentar barrar a operação. Os policiais reagiram com balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo. Uma das líderes comunitárias mais atuantes da Estrutural à época, Marlene Mendes

entrou na frente dos militares para tentar detê-los e acabou arrastada pelos cabelos e presa.

Pouco mais de um ano depois, em agosto de 1998, a Estrutural foi palco de uma outra batalha sangrenta. Policiais entraram na invasão para apreender drogas e armas mas, na verdade, queriam vingar a morte do soldado Rubens Gomes Farias, assassinado poucos dias antes por traficantes que viviam na Estrutural. Segundo o GDF, a operação policial não era autorizada pelo governo e os militares teriam entrado na cidade com os rostos cobertos.

avaliou a moradora Deuzani Noleto, 56 anos. O nascimento oficial da nova cidade serve como esperança também para moradores de outras regiões. Ana Gomes, 46 anos, líder comunitária há 21 anos, mora em uma área irregular de Santa Maria, e espera que sua vizi-

nhança tenha o mesmo destino da Estrutural. "A regularização da Estrutural trouxe esperança. As famílias agora são cidadãos de fato", animou-se.

A administradora da Estrutural, Maria do Socorro Torquato, ressaltou os anos de confronto e rejeição vividos pelos morado-

STJ é foro ideal, afirma Agnelo

Durante a assinatura do decreto que regulariza a Estrutural, o governador Agnelo Queiroz comentou a decisão do Superior Tribunal de Justiça de determinar a quebra de sigilo fiscal e bancário, como parte da investigação de denúncias de irregularidades do programa Segundo Tempo. "Existe um foro correto fora da contaminação na política local e, nesse foro, eu terei a chance de fazer a minha defesa. Vocês terão surpresas nesse foro", disse Agnelo. A quebra de sigilo, segundo o governador, é parte necessária do processo. "É fundamental, importante e necessário", afirmou, lembrando nunca ter sido citado em outras denúncias. "Na hora adequada, terei a chance de me explicar", completou.

res da antiga invasão. "A luta da Estrutural não é de hoje. As famílias não vieram para cá botar lixo, vieram para cuidar da cidade desde o primeiro momento", afirmou. O governo ressaltou que serão beneficiados apenas os moradores legítimos da região, e que haverá remoções.

Levantamento

A partir da próxima semana a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do DF (Codhab) fará o cadastramento dos moradores. Técnicos do governo percorrerão todas as casas para identificar os ocupantes de cada lote. As informações serão usadas nas futuras escrituras individuais. O governo também fará um levantamento dos dados socioeconômicos dos moradores, para conferir quais moradores são de baixa renda.

A regularização da área já conta com a aprovação dos conselhos de Meio Ambiente (Conam) e de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal (Conplan). A partir da assinatura do decreto, o parcelamento segue para registro cartorial pela Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap). Com a matrícula individualizada, poderão ser emitidas as escrituras de todos os imóveis, incluindo os comércios.